

REFLEXOS DA SAÚDE DO POLICIAL MILITAR NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES

REFLECTIONS OF MILITARY POLICE HEALTH IN THE PERFORMANCE OF ITS FUNCTIONS

SANTOS, Marcos Felipe Rodrigues¹
MARTINS, Wendell do Nascimento ²

RESUMO

O presente artigo relata sobre os reflexos da saúde do policial militar no desempenho de suas funções, visto que o trabalho do policial militar está ligado diretamente a violências, pressões, medo da morte, além do crescente cenário de criminalidade. A metodologia com referências bibliográficas permitiu destacar particularidades desse exercício profissional, distinguindo os principais agravos de saúde que acometem essa categoria e as consequências ao exercer suas funções. O objetivo da pesquisa é associar o baixo desempenho das funções do policial à ausência de saúde física e psíquica. Os resultados apresentam meios que auxiliem nas medidas preventivas para a vida de qualidade do policial militar, refletindo positivamente no desempenho de suas funções e consequentemente em uma sociedade mais segura, onde foi concluída a necessidade de compreensão quanto ao adoecimento dos militares de forma diferenciada em relação a outros trabalhadores; evitando reducionismo e distinguindo os determinantes do adoecimento, reconhecendo as particularidades das relações trabalho e saúde-doença dos trabalhadores empenhados na execução da polícia militar.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Saúde Ocupacional. Segurança do Trabalho. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This article reports on the health effects of the military police in the performance of their duties, since the work of the military police is directly linked to violence, pressure, fear of death, and the growing crime scene. The methodology with bibliographical references made it possible to highlight particularities of this professional exercise, distinguishing the main health problems that affect this category and the consequences when exercising their functions. The objective of the research is to associate the low performance of the police officer with the absence of physical and mental health. The results present a means of assisting in the preventive measures for the quality life of the military police, reflecting positively in the performance of their functions and consequently in a safer society, where the need for understanding about the illness of the military in a differentiated way was concluded to other workers; avoiding reductionism and distinguishing the determinants of illness, recognizing the particularities of the labor and health-illness relations of the workers engaged in the execution of the military police.

KEY WORDS: Military police. Occupational Health. Workplace safety. Quality of life.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma PRA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, marcosfelipe333@hotmail.com

² Professor Orientador. Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e de Segurança do Trabalho pela Universidade de Rio Verde – UniRV (2012). wendellrv@hotmail.com. Rio Verde –GO.

1- INTRODUÇÃO

A segurança pública vem sofrendo com o crescimento contínuo da violência, seja física ou psíquica, decorrente dos inúmeros conflitos de interesses sociais. Consequência deste fato, a atividade da segurança pública, em especial dos policiais militares na manutenção da ordem pública tem papel fundamental e trás a este profissional cobranças e pressões da sociedade, acarretando-lhe enfermidades.

As avaliações sobre a segurança pública no Brasil são recorrentes, onde as políticas adotadas não mostram a eficácia esperada. É cobrado então dos policiais militares o exercício de boa atividade profissional, nem que para isso ele abstenha de sua vida pessoal. O policial militar desempenha funções que diligencia que este profissional atue constantemente contra a conduta impropriedade ou criminosa da sociedade, assegurando a segurança dos cidadãos (MIRABETE, 1998; GUIMARÃES, 1999).

A profissão militar exige sacrifícios até mesmo da própria vida em virtude do outro, sendo a morte uma verdade à qual deve lidar cotidianamente, além do cansaço físico, stress, que levam ao desequilíbrio emocional e patológico das mais variadas (VALLA, 2002). Relevante abordagem para que os resultados auxiliem os profissionais que executam o dispositivo da segurança pública na minimização de enfermidades e em melhores condições de vida.

As enfermidades presentes na vida do policial militar segundo Farias (1998) estão doenças do coração, diabetes, insônia e outras ligada ao stress que podem conduzir ao suicídio, alcoolismo, atos violentos, transtornos psíquicos interferem diretamente no comportamento dentro e fora de sua atividade profissional (ALLEGRETTE, 1996).

Através deste estudo buscamos por objetivo relatar os reflexos da saúde do policial militar no exercício de suas funções. A relevância do mesmo para a corporação é apresentar meios que auxiliem nas medidas preventivas para a vida de qualidade do policial militar, refletindo positivamente no desempenho de suas funções e consequentemente em uma sociedade mais segura.

Para tal utilizamos metodologia de referencial teórico que levou a concluir que ao profissional da segurança pública é necessário dispor manutenção à saúde mental através de atendimento psicológico, promoção de atividade física como forma de lazer, melhores condições de trabalho sem cargas horárias exaustivas, salários

condizentes à periculosidade das funções, resultando seres humanos satisfeitos e realizados, motivados a promover segurança pública carecida pela sociedade.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- O policial militar e suas atribuições

A polícia como instituição pública, tem por prioridade a preservação e proteção da sociedade, dos bens públicos e impedir atos ilícitos, além de atividades administrativas, assegurando a democracia existente do Estado garantindo os direitos fundamentais do cidadão. A polícia através do desempenho de suas funções tem caráter coercitivo, que pode usar de força e intimidação, estabelecendo restrições quanto à liberdade pessoal, reduzindo conflitos, propiciando a segurança almejada pela sociedade, velando pela garantia individual dos direitos básicos, proporcionando uma segurança pública de qualidade (ROSA, 2004).

Rosa (2004, p. 79), discorre sobre a relação da polícia militar no que tange a resguarda da segurança pública, onde:

A polícia militar possui competência ampla na preservação da ordem pública que, engloba inclusive a competência específica dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles. Bem por isso as polícias militares constituem os órgãos de preservação da ordem pública para todo o universo da atividade policial em tema de ordem pública e, especificamente, da segurança pública.

O policiamento ostensivo é qualificado no Decreto nº 88.777/83, artigo 2º, inciso 27, como o policial mais visível possível através da identificação própria como a farda, viatura, postura e objetos específicos como cassetetes, armas de fogo, algemas. Por esta definição, é imprescindível que o policial militar apresente-se por sua forma de identificação formal, permitindo que os cidadãos os reconheçam, além da aparência física deve permanecer em postura exímia e com atitude e comportamento que inspire a confiança da sociedade, sempre atento e vigilante.

A violência é tema permanente nas discussões das políticas públicas, visto que a população dos grandes centros urbanos se vê coagida pelas quadrilhas que dominam as ruas, as cidades interioranas com os pequenos furtos para o consumo

de drogas e até mesmo a população rural vem sofrendo violência, tornando-se uma preocupação geral (Silva & Vieira, 2008).

A profissão de policial militar se encontra entre as mais desgastantes e estressantes se comparada a outras, pelo fato das condições de trabalho quanto a excessivas cargas horárias, baixa remuneração, excesso de postura, cobranças sociais pela ordem e segurança, riscos permanentes tanto no exercício da função quanto à paisana (Souza Franco, Meireles, Ferreira & Santos 2007).

Esta é uma condição que convida à reflexão acerca da profissão do policial, que tem como norte de suas atividades a segurança pública. Contudo, este estudo parte do pressuposto de que a atividade profissional dos policiais os coloca diariamente em situação de estresse, pela frequência com que lida com a agressividade e morte, em concordância com dados apresentados na literatura sobre o tema (Costa, Accioly, Oliveira & Maia, 2007).

2.2- O desafio do equilíbrio

O policial militar tem por finalidade constituir importante instrumento do Estado na preservação da Ordem Pública por consequência dessas funções, este profissional se enquadra em uma das categorias considerada estressante e desgastante para o indivíduo que o exerce. Essas características que recaem sobre o policial militar por decorrência comprometem, em muitos casos, capacidades físicas e psicológicas destes profissionais. Tanto o corpo, quanto o psicológico devem estar em equilíbrio e constante vigia, evitando possíveis complicações tanto no desempenho profissional quanto no pessoal.

No cotidiano dos policiais militares, é notável os riscos e pressões em situações distintas e simultaneamente equivalentes: a segurança. De um lado encontra-se a segurança e proteção dos indivíduos da sociedade e, do outro, a própria segurança, já que o mesmo enfrenta inúmeras e variadas espécies de violência, bem como delitos contra sua própria vida e de familiares que de forma indireta se encontra na zona de risco (OLIVEIRA e SANTOS, 2010). No juramento de compromisso à profissão, é submetido colocar em primeiro plano a vida de outrem, mesmo que signifique abnegar de sua própria vida o que, literalmente, acontece. Sendo assim, trata-se de uma profissão que envolve o comprometimento da própria vida, além das situações recorrentes de estresse e traumatismo físico (COSTA, 2007; OLIVEIRA e SANTOS, op. cit.).

Valla (2002) discorrendo sobre a profissão do policial militar ressalta as exigências e suplícios que esta carreira exige dos profissionais nela ingressados, onde a maior das penitências se encontra em abdicar de sua própria vida em prol da vida do outro, caso seja necessário. A perda de vidas é uma verdade enfrentada por este profissional, considerando que o meio profissional do mesmo está atrelado à violência, desordem, violação das leis, defrontando com a morte de vítimas, delinquentes e infratores, dos companheiros de trabalho e até mesmo com sua própria morte.

Para compensar tanto perigo, desgaste e stress sofrido pelo policial no exercício de sua função é necessário que ele desfrute de um ambiente familiar e lazer de forma saudável e prazerosa, principalmente no que tange as horas de descanso para que o setor psicoemocional seja reequilibrado e seu corpo repouse para a recuperação física do mesmo.

O policial encontra-se em constante vigilância, pronto para atuar e agir já que cabe a ele resguardar vidas, impedir infrações, conter atos de violência. A tensão gerada por essas situações leva o profissional da polícia se comportar de maneira firme e até enérgica sofrendo mudanças psicológicas que refletem em suas ações o tornando confuso e precipitado por sua hesitação (Costa et al., 2007). Os índices relacionados à violência aumentam diariamente e sem uma política pública eficaz que forneça as condições necessárias para execução do trabalho, o policial esgota suas forças físicas e psíquicas se tornando um risco em potencial pela formação que tem (Silva & Vieira, 2008).

Assis (1999) e Minayo, Souza e Constantino (2007) discutem quanto ao trabalho realizado pelos policiais militares em seus dias de folga para complementar a renda, não havendo assim o descanso necessário para que o policial restabeleça seu bem-estar. O policial continuará, mesmo estando em serviço particular, sujeitando a uma maior usura física e mental. Autores como Benevides-Pereira (2002) aceita a ideia que quanto mais assistência prestada a outrem, no exercício de suas funções, mais suscetíveis estes profissionais estarão ao estresse.

2.3- A saúde do policial militar

Segundo Benevides (2010) o exercício da profissão e sua sobrecarga podem provocar nos trabalhadores desgastes físicos e emocionais, o que pode refletir em detrimento a saúde e à disposição de vida de qualidade. Uma das profissões que está entre as categorias profissionais que se expõe a riscos e tem sua integridade a saúde

ameaçada é o trabalho de policial, por conta de fatores que influenciam o seu desempenho nessa profissão, como o risco de morte, convivência com a violência e contato com problemas da sociedade, como cita Minayo (2003).

Para abordar o aspecto saúde, primeiramente faz-se necessário explicitar o conceito de saúde. A Constituição Brasileira (1988, p.123) vigente, nos seus artigos 196 a 200, trabalha a questão saúde, conceituando-a como:

[...] direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua proteção e recuperação [...]

A Organização Mundial de Saúde (1995) define a saúde muito além da exiguidade de doenças, mas como o equilíbrio e estado de completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo.

Para Silva e Marchi (1997), a saúde caracteriza-se muito mais com a qualidade de vida e bem-estar do que propriamente com a ausência de doenças. O indivíduo que goza de boa saúde tem a impressão de estar pleno socialmente, psicologicamente e fisicamente. Assim o homem como ser social para ser considerado saudável deve se encontrar em bom relacionamento com ele, os outros e o meio ambiente que se encontra.

Esses conceitos de saúde estão muito próximos das concepções às quais se percebe qualidade de vida. Dentro do serviço policial militar, existem vários tipos de jornada de trabalho, as quais são consideradas desgastantes e estressantes. Neste sentido destaca Mynaio (2003) que é trabalhando que o policial passa boa parte de sua vida; é o trabalho, ou através dele, que este profissional realiza parte de suas pretensões, daí a importância do trabalho para o homem como ser social e o reflexo do mesmo no desempenho da qualidade profissional.

Frente ao exposto, entende-se que para cumprimento da missão diária no trabalho é necessário que haja um equilíbrio entre qualidade física, mental e social do policial militar e ainda tenha um bom convívio familiar, boas condições de trabalho mantenham a prática regular de atividades físicas, uma alimentação equilibrada e que desfrute de momentos de lazer no âmbito familiar (CLAVES, 2005).

Kloster e Pratiere forçam que a saúde do ser humano é extremamente influenciada pelo estilo de vida que possui, uma vez que, nossa maneira de viver é construída a partir de nossos atos diários na alimentação, no autoconhecimento, nos

relacionarmos com os outros, na prática de atividades físicas, esquivando-se de hábitos nocivos à saúde.

2.4- O cotidiano e o estresse

Os fatores negativos que desencadeiam estresse e desgaste nos policiais militares advêm do cansaço físico, das pressões psicológicas internas e externas, desequilíbrio emocional, tais que podem direcionar esses profissionais a apresentarem atitudes desequilibradas mediante circunstâncias de caos. Quando o policial militar se encontra nas condições citadas, podem não apresentar a eficácia devida para o cumprimento das funções e atividades profissionais a eles cabíveis, aduzindo ao risco os colegas de profissão, ele próprio e a sociedade a ele assegurada.

Quando em situação de constante pressão ou esforço excessivo o corpo responde sob forma de estresse desencadeando uma série de reações no organismo. Alguns sintomas associados ao estresse são: sensação de esgotamento, disfunção no sono, dores musculares, mudança nos hábitos alimentares, oscilação de humor, depressão, palpitação, ausência de libido, problemas de tabagismo, alcoolismo e até narcóticos, hipertensão, herpes, pânico, tristeza, irritabilidade, problemas de pele, entre outros problemas fisiológicos.

Portanto os policiais têm suas condições laborais, ambientais fundamentadas pelo risco. O risco entendido como o perigo, o local e a frequência da ocorrência de fatalidades, tudo associado à ousadia e afronta que são inerentes à atividade policial diante de tais acontecimentos. Em grande parte das situações, o policial vê a definição de suas ações e de seu trabalho, calçado na surpresa dos acontecimentos e no curto espaço de tempo para delinear sua ação. É preciso, rapidamente, reconhecer expressões faciais, movimentos corporais, humor e as intenções de outras pessoas ou de outros organismos que estão ao nosso redor.

Segundo Ornstein (1998), essa capacidade de avaliar as situações imediatas forma a base da inteligência social. Além desta característica, o estudo de Minayo, Souza e Constantino (2007) revelou que policiais que sofreram elevado risco na prática profissional foram os que mais experienciaram violência, como ferimento provocado por arma de fogo, ataque à integridade física, abuso sexual, tentativa de suicídio e homicídio.

2.5- Os estágios de carreira e o reflexo do estresse no desempenho de suas funções

Para a constituição das variáveis deste estudo utilizou-se como referência outros estudos científicos, especialmente o de Violanti (1999) que tivera o objetivo de verificar o efeito do tempo de serviço na percepção de estresse do policial. Foram testadas as hipóteses de que policiais passam por estágios transitórios em suas carreiras e que esses estágios interferem na percepção do estresse por parte dos mesmos. Participaram do estudo 500 policiais distribuídos aleatoriamente entre 21 organizações policiais na parte ocidental do estado de Nova York, EUA.

Os resultados foram consonantes com as hipóteses dos estágios de carreira definidos em quatro fases.

O estágio de inquietude: ocorre no início da carreira, no primeiro quinquênio, é a realidade, a prática da profissão e suas conseqüências em sua vida interpessoal. É uma situação verificada pelo policial recém-formado de que na prática, o desempenho das funções da polícia militar é bem diferente da sua expectativa, e daquele aprendido durante o seu curso de formação. O estresse tenderá a crescer intensamente durante esse estágio.

O estágio de desilusão: fase que perdura dos seis aos 12 anos de carreira (6-12 anos). O estresse ainda deve continuar a aumentar durante este estágio, porque os ideais aprendidos nos cursos de formação tornam-se cada vez mais distantes. Assim, nessa fase, os policiais tornam-se desencantados com a falta de apreciação de seu trabalho e apresentam uma frustração exclusiva e restrita, considerando inábeis para atender as determinações da corporação.

O estágio de singularização: dos 14 aos 20 anos de carreira os policiais atravessam um estágio de personalização. O policial busca novas perspectivas e cria alternativas próprias, em prejuízo dos objetivos de trabalho. Aqui, os policiais buscam as metas individuais e passam a não se inclinar mais para os ideais da instituição comuns no início da carreira. Essa mudança de valores pode ter um efeito decrescente no estresse.

O estágio de introspecção: esse período após os 20 anos de serviço torna-se um tempo de reflexão para os policiais. É um período que tende a torná-los “saudosistas”, no qual irão lembrar a época em que ingressaram na carreira militar. É uma fase na qual os policiais, de algum modo, encontram-se mais realizados e

seguros em relação à carreira. E os níveis de estresse diminuem ainda mais (Violante, 1999).

A importância do bem estar do policial militar deve ser observada e promovida desde o seu ingresso na corporação. É preciso valorizar cada policial militar, pois o papel que desempenha na sociedade é de grande importância. Para isso, ele deve ser tratado com dignidade e respeito. Seus momentos de lazer devem ser preservados, sua escala de serviço deve ser adequada, seus instrumentos de serviço devem estar em perfeitas condições de uso, seu salário deve ser compatível com a função de risco que exerce.

O policial militar só poderá oferecer à sociedade um trabalho de qualidade se estiver com a saúde física e psicológica em condições adequadas. Isso é o que a população espera e cobra a todo o momento das autoridades. Todos querem ter garantidos os seus direitos e o direito à Segurança Pública é um deles.

Portanto, as variáveis que compõem este trabalho compreendem os estágios de carreira profissional correlacionados às relações interpessoais e aos níveis de estresse destes servidores, refletindo diretamente no desempenho de suas funções.

2.6 - Síndrome de Burnout

Recorrentemente as enfermidades motivadas no e pelo trabalho não são identificadas previamente, mas quando já se externaram fisicamente ou por meio de comportamento. Outra situação comum são os diagnósticos errôneos não analisando todo o quadro, mas sintomas isolados que levam a camuflar doenças graves, repercutindo desde o empregado até mesmo no ambiente de trabalho (corporação). Os policiais militares se enquadram na área de vulnerabilidade à óbitos e desencadeamento de estresse, decorrente às relações interpessoais e com a corporação, à extensa carga horária de trabalho e principalmente à espécie das atividades que realizam. (Minayo, 2012)

Em qualquer profissão o trabalhador se encontra exposto a diversos fatores estressantes que afetam o psicossocial do mesmo. Este desequilíbrio pode ser provocado tanto quanto à natureza do trabalho como a fatores institucionais. Franco (2011) pontua que na efetuação de uma avaliação quanto aos níveis de estresse, pode ser diagnosticada à Síndrome de Burnout.

A exigência por profissionais qualificados, especialmente os Policiais Militares, que asseguram direitos e a segurança, aumenta a pressão, visto o cenário atual de

insegurança e aumento de violência (OLIVEIRA; BARDAGI, 2009). Nessa perspectiva, o trabalhador para garantir o emprego, ser valorizado e reconhecido, vai além de seus limites, adoecendo e produzindo efeitos indesejados que refletem não apenas no desempenho de suas funções, mas também em sua particular. Entre os efeitos indesejados algumas patologias, a Síndrome de Burnout (CARLOTTO; CÂMARA, 2008).

A Síndrome de Burnout decorre de extrema estafa emocional, pressão e estresse desencadeados por condições de trabalho extenuante. A função policial, portanto, é considerada uma das maiores propensas ao desenvolvimento e instalação da Síndrome de Burnout, pelo alto nível de estresse, medo, pressão, adrenalina e outros que recorrem próprios da profissão (Guimarães & Ferreira, 2000)

Os sintomas mais comuns da síndrome de Burnout são: estafa, insônia, dores musculares, cefalgia tensional, baixa imunidade, alteração sexual, inobservância, nerastenia, hostilidade, ideia suicida, desânimo, ansiedade, ironia, cinismo, depressão e paranóia (BENEVIDES-PEREIRA, 2005).

Inicialmente estes sintomas podem ser associados à depressão, por isso é necessário uma análise profunda e constante do quadro da paciente. A exaustão física e emocional tem reflexos na mudança de hábitos, como oscilação de humor, irritabilidade, baixa estima, segregação social, dificuldade em concentração, irregularidades de memória, agonia, melancolia, ceticista, e ausência no trabalho.

Os sintomas também se manifestam fisicamente com cefaléias, esgotamento, transpiração excessiva, estremecimentos, hipertensão, dores reumáticas e musculares, falta de sono, falta de ar e distúrbios gastrointestinais. No caso de mulheres, há também a possibilidade de variação no ciclo menstrual.

A terapêutica da Síndrome compreende tratamento psicológico e psiquiátrico para uso de medicamentos, como antidepressivos devem ser acompanhados por busca de melhor qualidade de vida. A prática de atividade física cotidiana e alongamentos com a finalidade de relaxar auxiliam no domínio de alguns sintomas. A importância do acompanhamento médico é identificar se o motivo do estresse é causado pelo ambiente de trabalho ou se são provenientes do comportamento do profissional que geram a crise.

O diagnóstico não é simples, pois deve considerar o histórico do paciente, analisar a relação do mesmo com o trabalho, como o meio e até mesmo com a família. Através de sondagem que meçam processos psíquicos é possível estabelecer um diagnóstico. Salienta-se que esta síndrome acomete profissionais cujo contato com

peçoas ocorra no ambiente de trabalho, desencadeando desequilíbrio emocional e despersonalização, intensificando os sentimentos. Sob outra perspectiva o Burnout é a forma de autoavaliação negativa com relação trabalho, qualificando taciturno e pesaroso com seu desempenho profissional. (Maslach, 2011)

2.7 – Doenças ocupacionais: Mesopatias e Tecnopatia

Ao se deparar com condições não favoráveis, o trabalhador pode desenvolver doenças denominadas ocupacionais, no contexto geral são enfermidades que tem por princípio ou agudez, motivos referentes às condições do trabalho e ao ambiente, assim como à afinidade com as funções executadas pelo profissional. No cenário dos policiais, os quais, no desempenho de suas funções se encontram sujeitos à fatores que podem desencadear problemas de saúde ocupacional.

Considerando que as atividades desempenhadas pelo profissional militar, por si só, já são bastante estressante por ser tão perigosa, haja vista que está relacionada em manter a segurança e integridade de uma sociedade, além de sua própria. A saúde psicológica está mais sujeita à doenças, do que a física, levando em consideração o preparo físico que a academia oferece.

Doenças ocupacionais advêm de um ambiente de trabalho que cause incômodos ao profissional pactuando para o desenvolvimento de enfermidades. Gagliano (2011) cita um exemplo, onde ressalta que um ambiente que cause tensão ao trabalhador pode ser severamente danoso. Pois “a tensão constante [...] compromete a saúde e, por consequência, o rendimento dos operadores”.

As doenças do trabalho, como o próprio nome diz, são doenças adquiridas no trabalho pelas condições na qual são realizadas. O autor Neto (2008, p. 4) explana sobre as mesmas:

Quanto às doenças do trabalho, também denominadas mesopatias, são aquelas que não têm no trabalho a causa única ou exclusiva, mas são adquiridas em razão das condições especiais em que o trabalho é realizado. São patologias comuns, mas que excepcionalmente, a execução do trabalho em condições irregulares e nocivas contribui diretamente para a sua contração e desenvolvimento.

As doenças do trabalho surgem em ambientes cercadas de pressão e cobrança, como ocorre com os policiais militares, que tem como uma de suas

obrigações zelarem pela segurança pública, enfrentando meliantes e se expondo ao risco de morte. Estão sujeitos a acidentes de trabalho e até mesmo ao óbito.

Na lei nº 8.213/91 que tem por assunto os acidentes de trabalho, lidam com a mesopatias e a tecnopatias sendo um acidente de trabalho, como conta nos artigo 20 inciso I e II. Desta forma:

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

No conceito de Monteiro (1998, p. 128), tecnopatias são:

As doenças profissionais ou ocupacionais também são conhecidas como ergopatias, idiopatias, doenças profissionais típicas, doenças profissionais verdadeiras ou tecnopatias propriamente ditas e definidas como as que são produzidas ou desencadeadas pelo exercício profissional peculiar a determinada atividade (MONTEIRO, 1998).

Distinta da mesopatias, as tecnopatias são enfermidades que tem por causa exclusiva o trabalho. Essas enfermidades não têm ligação com o ambiente, mas com as práticas ou funções exercidas, logo é uma doença que dependerá do cargo ou exercício peculiar de cada profissão. Sob a análise de Martinez, independente do local que o profissional se encontre, se ele exerce a mesma função, poderá ser acometido pela tecnopatias (MONTEIRO, 1998, p. 128).

Em contrapartida temos as doenças ocasionadas pelo ambiente de trabalho, aquelas que expõem o profissional ao risco, conhecidas por mesopatias, essas doenças podem lesionar o profissional ao ponto de torná-lo incapaz. No caso em estudo, os policiais militares se deparam com essa situação quando sofrem traumas físicos como quando atingidos com armas de fogo ou até mesmo lesões corporais por confronto, além dos treinos para condicionamento físico. Segundo Oliveira (1994, p. 183):

As mesopatias, se não adquiridas em decorrência direta da atividade laborativa, podem ser oriundas das condições em que o trabalho é realizado

(tuberculose, bronquite, sinusite, etc.). As condições excepcionais ou especiais do trabalho determinam a quebra da resistência orgânica e a consequente eclosão ou exacerbação do quadro mórbido, ou até o seu agravamento. Estas não têm o nexo etiológico presumido com o trabalho, segundo a lei, sendo aquele determinável conforme prova pericial, testemunhal e até mesmo indiciária em certos casos.

Por se tratarem de doenças relacionadas ao trabalho normalmente não distinguem as tecnopatias (doenças profissionais) das mesopatias (doenças do trabalho). Essa diferenciação entre esses dois tipos de doenças, além das comuns não causadas por trabalho é de morosa assimilação. Mas os profissionais em sua maioria encontram-se propensos à estas doenças que podem ficar menos claras se expostos a tais a curto tempo, um motivo pelo qual é necessário observar a carga horária dos policiais militares para não torná-los profissionais em potencial.

3- METODOLOGIA

A princípio os estudos se direcionavam no apontamento de doenças que tinham interferência direta no desempenho das funções dos policiais militares, porém no decorrer das pesquisas a análise direcionou quanto à correlação dos processos interpessoais e as consequências no trabalho e vice e versa.

A pesquisa é de cunho exploratório, onde se propôs a investigar o tema para familiarização e compreensão do processo dos reflexos da saúde do policial militar no desempenho de suas funções. De abordagem qualitativa com apresentação de resultados através de percepções e análises, descrevendo a complexidade do problema e a interação de variáveis, entendendo que as relações do policial militar com seu trabalho são sempre perpassadas por fatores dinâmicos e contingentes.

A população em estudo são os policiais militares em geral, apesar de estar sendo desenvolvido na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Os procedimentos combinaram análise documental em sites, revistas, artigos publicados quanto às leis e normas técnicas mencionadas, além de revisão bibliográfica, conforme Mendes et.al., (2008), que se baseia na realização de uma investigação vasta da literatura, colaborando para estudos sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como para realização de futuros estudos.

Para realização da pesquisa foram utilizados descritores como polícia militar, doenças relacionadas ao stress e qualidade de trabalho. A metodologia utilizada

permitiu a delimitação do tema e a captação de fonte de idéias para novas investigações, já que o tema não foi esgotado. A partir da construção da estrutura, espera-se que haja utilização para demais pesquisadores proporcionando formação de equipes competentes a auxiliarem em métodos eficazes que auxiliem os policiais militares em uma qualidade de vida mais equilibrada.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os profissionais na execução de suas funções são submetidos a riscos dentre eles as patologias. Assim como os profissionais que podem intoxicar, queimar, ser eletrocutado, existe outros riscos que decorrem da atividade profissional. O ambiente estrutural do trabalho juntamente com ferramentas que não permitem que o trabalho seja desempenhado de forma satisfatória aumenta a insatisfação do profissional, levando-o a um nível elevado de estresse e consequentemente ao adoecimento. (GONÇALVES *et. al.*, 2012).

Na atividade policial quando o trabalho se torna desgastante e frustrante, há reflexos diretos na saúde do mesmo. Porém, se há estímulo e prazer o profissional desenvolve suas funções com bem estar e contentamento (GONÇALVES *et. al.*, 2012). Constam no Regulamento da Previdência Social (decreto 3.048/99), as e enfermidades doenças associadas ao trabalho, como a neuropatia, desequilíbrio do sono, respostas físicas ou psíquicas ao estresse grave, dificuldades em adaptação e síndrome de Burnout. Os policiais militares quando acometidos de enfermidade apresentam disfunções físicas e mentais, traumas após acidente do trabalho grave ou catastrófico, problemas de relacionamento, mudança de humor, cansaço e irritabilidade, desacordo com colegas de trabalho.

Um dos motivos que ocasionam doenças nos profissionais militares advém da disciplina a qual ele deve enfrentar dentro e fora da corporação, além da hierarquia onde poucos conseguem progressão. Até mesmo punições como advertências verbais, custódia disciplinar ou prisão administrativa. Fatores estes que em muitas situações desencadeiam doenças causadas por pressão e autocobrança, visto o perfil do policial militar.

Outro fator que contribui para o surgimento de enfermidades laborais segundo Dwyer (2006) são as cobranças que advém da sociedade, já que são elencadas ao

policial militar grande expectativa de proteção e segurança. Quando o profissional não consegue atender às expectativas a ele elencada ocasiona uma frustração e o mesmo vai além de seus limites em cargas horárias extensas em busca de mostrar para o quão são comprometido com suas funções e com a sociedade não demonstrando fraqueza, resistindo às pressões das funções policiais.

O adoecimento psíquico dos policiais militares é enfrentado de forma errônea, pois quando em estado de estresse demonstram ato de violência ou de introspecção que não são encarados e tratados como enfermidades, mas como ato de masculinidade ou próprio das funções que exercem. Autores como Ferreira, Macêdo e Martins (2015), ressaltam a relação do trabalho e da identidade do sujeito, assim para que se compreenda a saúde é necessário observar sob o ângulo profissional.

Analisando os autores em estudo é recorrente citações sobre a insatisfação nos diversos setores da vida, e o trabalho é um deles, e no caso em questão acresce as possibilidades de doenças físicas e psíquicas dos policiais militares. Martin e Stockler (1998) ressaltam que, quanto menor for a distância que separa as expectativas individuais da realidade, melhor é a qualidade de vida. E o policial militar sofre esse distanciamento pelas expectativas criadas quanto à profissão e por ele e pelos outros.

Pelos vários fatores citados no decorrer desta pesquisa que levam o policial à situação de estresse, existem doenças que ao decorrer do tempo de não tratadas podem se tornar crônicas. Dejours (1994) alerta que, embora o desequilíbrio humano seja inerente as condições de trabalho (ambiente interno e externo), é essencial entender a origem que desencadeou tal situação para operar sobre elas, convertendo em uma condição de saúde o que era um motivo de doença..

Mesmo que hoje o militarismo se encontre mais humanizado, ainda existe muita pressão sobre os profissionais militares que produzem inquietação e aflição que afetam a saúde psíquica e até mesmo física dos mesmos e por consequência o ambiente de trabalho se torna hostil. Assim, deparamos com a premência de desenvolver programas de auxílio psicológico, com o intuito de promover uma comunicação aberta que seja capaz de favorecer as relações no ambiente de trabalho. Entretanto, os impactos nocivos decorrentes do estresse gerado pelo trabalho policial podem ser reduzidos com medidas preventivas voltadas para a alimentação balanceada e saudável, a reposição de nutrientes necessários, instantes de descanso e lazer, orientação psicológica e incitação ao desenvolvimento de práticas de atividades físicas, inclusive em momentos de recreação.

CONCLUSÃO

A saúde dos policiais militares independente do autor que a apresente é abordada de forma semelhante, citando o estresse, as pressões, e outras formas de desordem física ou psíquica que ocasionam doenças como hipertensão, cefaleias, síndromes de pânico ou Bournet, alcoolismo entre as demais citadas na pesquisa. Entre as soluções preventivas ressaltamos a preocupação da instituição (Polícia Militar) em uma polícia mais humanizada com relação aos policiais. Um fator de destaque seria a identificação prévia das causas do desequilíbrio que leva às doenças, procedimentos de verificação sistemática pelo qual os policiais passassem periodicamente no intuito de evitar que esses profissionais chegassem a estágios doentios crônicos.

O estresse é predominante na vida do policial militar e tem ligação direta com o comportamento, influenciando no desempenho das funções do mesmo. O ambiente no qual está inserido este profissional altera tanto físico quanto emocionalmente, pelo rigor, disciplina, altercação, além de esgotamento físico pelo preparo exigido para o desempenho da função. Pelo contexto que vivemos, onde o estresse é vivenciado pela população no sentido geral, dificilmente é percebido quando ultrapassa os limites normais.

Apesar de ainda ser um campo exploratório vasto, com os estudos já publicados e realizados, os comandos da polícia militar apresenta condições de auxiliar seus profissionais aplicando métodos já estudados que permitem absorver os impactos negativos desta profissão. Com os estudos já realizados é possível instituir políticas de prevenção ao adoecimento do policial militar. Certamente que a hostilidade da profissão ainda estará presente, porém, com a humanização e prevenção, ocorrerá a minimização da degeneração física e psíquica podendo atrasar e até mesmo extinguir as doenças ocupacionais.

A pesquisa deixa em aberto possibilidade para futuras pesquisas, não se limitando o campo que é vasto quando se trata das peculiaridades do ser humano. Cabe-se, portanto, outras investigações, tais como, “Quais as consequências do adoecimento dentro da Instituição Policial Militar?” “Até que ponto o regime militar pode transpor de benéfico para maléfico?” “Quais políticas poderiam ser adotadas para que o Policial Militar procurasse auxílio?”. Procuramos através deste, certificar e

compartilhar conhecimentos sobre o tema abordado, com o objetivo principal de garantir uma qualidade de vida profissional aos policiais militares.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Roberto-Cel PM, **Estudo da validade de programa assistencial para Policiais Militares envolvidos em ocorrências de natureza grave**. São Paulo: PMESP, 1996. Monografia. Mimeo.

ASSIS, J. C. Considerações sobre o policial militar da ativa e a prestação de serviços de segurança em horários de folga. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 2, n. 15, p. 8-9, jan./fev. 1999.

Benevides-Pereira, A.M.T. (2010). O processo de adoecer pelo trabalho. In: Benevides-Pereira, A.M.T. (org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRASIL, **Decreto nº 88.777/83 de 30 de setembro de 1983**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

Costa, M., Accioly Junior, H.; Oliveira, J., & Maia, E. (2007). **Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira**. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 21(4), 217–222. doi:10.1590/S1020-49892007000300004

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DWYER, Thomas Patrik. **Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e produção social de erros**/ Tom Dwyer. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

FARIAS, Osmar Lino, Cap PM. **Afastamento e acompanhamento de policiais militares, após traumas ocasionados pelo atendimento de ocorrência policial de alto risco, com disparo de arma de fogo em Goiânia**. Goiânia: PMGO.1999. Monografia.

FERREIRA, João Batista; MACÊDO, Kátia Barbosa; MARTINS, Soraya Rodrigues. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.) **Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e prática**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49.

GONÇALVES, Fabrício da Silva, **Prevalência de Transtornos Mentais Comuns entre policiais militares de Ceilândia/Distrito Federal – 2012.4**

GUIMARÃES, A. F. O contrato de trabalho do policial militar. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis**, v. 3, n. 17, p. 6-8, mai./jun. 1999.

MARTIN, A.J.; STOCKLER, M. **Quality of life assessment in health care research and practice: evaluation and health professions**, n.21, p141-156, 1998.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 1998.

MINAYO, M. C. S.; Souza, E. R. **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, jan./mar. 2007.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidente de Trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo : Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, José de. **Acidentes do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Responsabilidade do Estado por atos das forças policiais**, Belo Horizonte: Líder, 2004.

SILVA, M. A. Dias da e DE MARCHI, Ricardo. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. **O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental.Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

Souza, E., Franco, L. G., Meireles, C. C., Ferreira, V. T., & Santos, N. C. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: **Uma análise sob a ótica de gênero**. **Cadernos de Saúde Pública**, 23(1),105-114.

VALLA, W. O. **O compromisso e as implicações de ontológicas para o militar de polícia**. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.